

EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES**, em parceria com o **GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO**, comunica a realização da palestra *on-line* **‘REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: FALSA “SOLUÇÃO”!’**, aprovada pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 17 de agosto de 2026, sob a coordenação do Desembargador Gilberto Leme Marcos Garcia, no dia **9 de setembro de 2026**.

OBJETIVOS GERAIS: Apresentar e discutir os dilemas, contextos, dados oficiais e legislações sobre a Maioridade Penal no Brasil e sobre os efeitos jurídicos e sociais da redução da Maioridade Penal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: A redução da Maioridade Penal voltou a ser debatida no Parlamento Brasileiro, impulsionada pelas pressões políticas e por pesquisas de opinião pública. A redução da Maioridade Penal gera expectativas e temores aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares, aos operadores do direito, aos servidores do Poder Judiciário e dos Sistemas Prisional e Socioeducativo e à Sociedade Brasileira de uma forma geral.

PÚBLICO-ALVO: Magistrados e Servidores da área Criminal e das Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como servidores da Administração Penitenciária, FUNAP e Fundação Casa.

VAGAS OFERECIDAS: 10.000 (dez mil) vagas para a modalidade a distância.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A participação importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. A palestra será realizada via *Microsoft Teams*, com acesso em tempo real, dispensado o ato de inscrição, bastando acessar o *link* informado ao final do edital.
4. Os participantes desde já ficam cientes de que não será computada a frequência para aqueles que acessarem a palestra por meio de *smartphones* ou *tablets*.
5. Haverá emissão de certificado eletrônico àqueles que apresentarem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.
6. Os certificados emitidos pela EJUS ocasionam aumento de ponto na nota da avaliação anual dos servidores, nos termos das Resoluções nº 1.016/2026 e nº 1.017/2026, que dispõem sobre os procedimentos da Avaliação de Desempenho no âmbito do TJSP. Para esse fim, a EJUS compartilha automaticamente os seus certificados com a SGP.
7. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para ejus.eventos@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

Data: 9/9/2026 (quarta-feira)

Horário: das 10h às 12h

Tema: Redução da Maioridade Penal: Falsa “Solução”!

Conteúdo programático: Idade Penal no Brasil. Artigos 227 e 228 da CF e a Inconstitucionalidade da PEC de Redução da Maioridade Penal. Medidas Socioeducativas previstas na Lei 8.069 de 1990. Lei nº 12.594 de 2012, do Sinase (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo). Panorama do Sinase – Levantamento Nacional do MDHC de 2026.

Palestrante: Ariel de Castro Alves - Advogado há 26 anos, com pós-graduação em gestão de políticas públicas de direitos humanos e segurança pública pela PUC-SP. Foi Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Presidente do Conanda. Foi Presidente da Comissão de Adoção da OAB SP. Atualmente é membro da Comissão Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Conselho Federal da OAB e das Comissões de Direitos Humanos e da Criança e do Adolescente da OAB SP. Também é presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB SBC, consultor da ONG internacional World Vision (Visão Mundial) e assessor jurídico da Aldeias Infantis SOS. Em SP, foi Secretário Geral do Condepe -SP (Conselho Estadual de Direitos Humanos) e Membro do Condeca – SP. Na região do ABC, foi presidente da Fundação Criança de SBC- Secretário Municipal e coordenador do Grupo Criança Prioridade 1 do Consórcio Intermunicipal dos 7 Municípios do ABC. Também é Professor de ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) da ESA (Escola Superior de Advocacia) da OABSP e membro do INDICA (Instituto Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Já lecionou na Faculdade Paulista de Serviço Social, na Faculdade Mauá e na Universidade Metodista de São Paulo. Foi pesquisador da ONG Human Rights Watch, e um dos fundadores das ONGs Justiça Global e ACAT (Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura). Recebeu prêmios e condecoração do TST (Tribunal Superior do Trabalho), da Assembleia Legislativa de São Paulo e da ONG Cidade Escola Aprendiz pela atuação na defesa dos direitos da criança e do adolescente.



Tribunal de Justiça
Estado de São Paulo

A Justiça próxima do cidadão

METODOLOGIA: Aula expositiva, com apoio em slides, com possibilidade de interação entre palestrante e participantes por meio de perguntas escritas.

[Clique aqui para acessar o evento](#)